

Distribuidores levam caminhões para pressionar Constituinte

BRASILIA — O Sindicato Nacional dos Transportadores, Revendedores e Retalhistas, os TRRs, colocou ontem cerca de 100 caminhões-tanque na frente do Congresso Nacional, como pressão para que a Constituinte aprove o fim dos privilégios das distribuidoras multinacionais de petróleo. Mais de 150 representantes de TRRs de todo o País ocuparam as galerias e prometem ficar em Brasília até a votação da matéria, parte do Título da Ordem Econômica.

Segundo seu Presidente, Alvaro Faria, o Sindicato não reivindica a nacionalização da distribuição de petróleo, mas a aprovação da emenda Max Rosenmann (PMDB-PR), que acaba com os privilégios das grandes distribuidoras, que detêm uma espécie de reserva de mercado junto aos principais consumidores. As pequenas empresas só distribuem sete por cento do total dos combustíveis consumidos no Brasil, sendo impedidas de venderem mais de 20 mil litros por cliente.

— Queremos apenas participar ativamente do mercado, o que hoje é impedido pela legislação — explicou.

Ministros defendem proposta do Centrão

BRASILIA — Os Ministros da Fazenda e do Planejamento, Mailson da Nóbrega e João Batista de Abreu, defenderam ontem a abertura da economia à participação do capital externo, contida na proposta original do Centrão que foi alterada por acordo de lideranças. Eles não chegaram, no entanto, a repelir o resultado das negociações.

— Embora não seja tão boa quanto a original, uma proposta que resulta de acordo não jogará o País no obscurantismo das reservas de mercado injustificáveis — explicou Mailson.

Abreu tem opinião idêntica:

— O ideal seria a abertura da economia, pois este é um movimento que ocorre hoje em todo o mundo. E o Brasil não pode estar na contramão. Não pode fazer uma opção retrograda. A opção que o País precisa fazer é pela modernidade.

O Ministro da Fazenda lembrou que a atual tendência de internacionalização, privatização e desregulamentação da economia não é um mero ressurgimento do liberalismo do século 19, mas um movimento de maior profundidade política e social.



A manifestação concentrou mais de cem caminhões-tanque no Congresso

O presidente do Sindicato esclareceu que o objetivo não é modificar a distribuição, mas a revenda. As multinacionais continuariam contro-

lando 60 por cento do mercado, mas repassariam a revenda aos postos e TRRs.

Enquanto, nas galerias e no Salão

Saíram enfraquecidos aqueles que apostaram no confronto

A Liderança do PMDB e os setores do Centrão interessados na negociação saíram vitoriosos do episódio de votação do Capítulo 1 da Ordem Econômica. Em consequência, ficaram enfraquecidas as lideranças que apostavam no confronto, como os Deputados Luis Eduardo (PFL-BA), Ricardo Fiúza (PFL-PE) e José Lourenço (PFL-BA).

Desde o surgimento do Centrão, houve duas correntes no grupo: uma interessada em negociar e outra que queria decidir sempre no voto, acreditando na própria força. Já na votação do Preâmbulo, ficou evidente que aquelas assinaturas de apoio ao Centrão para a mudança do Regimento Interno não significavam adesão absoluta às ideias do grupo. Mas a primeira oportunidade em que a imaginada maioria foi contestada ocorreu na votação do direito de propriedade, logo no Título 2, quando não foi possível ao Centrão aprovar o seu texto.

A Liderança do PMDB sempre esteve disposta a negociar. Um

dia antes da votação do substitutivo do Centrão, Covas comentou:

— Se não houver acordo, não digam que foi por causa do PMDB.

Ontem, Covas manteve a palavra e procurou os Líderes do Centrão para negociar. Entre os representantes da esquerda, destacaram-se o Líder do PCB, Roberto Freire (PE) e o agitado José Genoíno (PT-SP). Com propostas que procuravam o consenso, sem fugir aos seus princípios, ajudaram a fechar o acordo.

Numa atuação mais discreta, mas nem por isso menos importante, destacaram-se o Senador Severo Gomes (PMDB-SP) e o Deputado Afif Domingos (PL-SP). Foram eles os responsáveis pela elaboração do texto que acabou aprovado na reunião, após algumas pequenas alterações. Eles participaram de vários encontros, auxiliados por assessores e juristas, até que se chegou ao texto apresentado ontem para debate.

Verde, representantes do Sindicato procuravam ampliar sua influência, no plenário os constituintes do Centrão preocupavam-se com o poder que a aprovação da emenda Paulo Macarini (PMDB-SC) teria atribuído às empreiteiras. Logo após a votação, o Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) comentou com o Senador Albano Franco (PMDB-SE), que “as empreiteiras tinham aprovado a matéria”. Irritado, o Deputado Bonifácio Andrada (PDS-MG), dizia a um grupo que “a Constituição está impedindo que o Brasil utilize serviços de empresas de alta tecnologia”, sendo prontamente rebatido pelo Deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS):

— Este poderia ser um discurso na tribuna, para tentar convencer leigos. Mas agora, depois de aprovada, você não vai querer colocar sua inteligência à prova.

O tratamento preferencial do Estado às empresas nacionais na compra de bens e serviço, aprovado pelo plenário foi ironizado pelo Deputado Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA):

— Esta Constituição já é conhecida como a Constituição dos empreiteiros.

Reforma Agrária ainda sem acordo

BRASILIA — Superados os conflitos na definição de empresa nacional, exploração do subsolo e contratos de risco, resta agora, como ponto polêmico da Ordem Econômica, o Capítulo da Reforma Agrária. A principal discussão será em torno do cumprimento da função social da terra. A liderança do PMDB exige o cumprimento de quatro requisitos.

O debate começa, na verdade, no primeiro artigo. O texto da Comissão de Sistematização diz que ao direito de propriedade da terra corresponde uma função social. Já o substitutivo do Centrão estabelece que é garantido o direito de propriedade de imóvel rural, cujo uso corresponda a uma função social. Isto significa que não a propriedade, mas o uso da propriedade corresponde a uma função social.

Para os progressistas, a função social é cumprida quando, simultaneamente, a propriedade é racionalmente aproveitada, preserva o meio ambiente, observa as relações que regulam as leis do trabalho e favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. Para o Centrão, basta o cumprimento de um destes requisitos.